

---

**Razões Finais - Quarta Revisão Tarifária Quinquenal das concessionárias CEG e CEG-Rio**

---

**De :** Regulatorio e Relacionamento Externo INP  
<reg.rel.ext@petrobras.com.br>

sex, 12 de fev de 2021 18:30

 3 anexos

**Assunto :** Razões Finais - Quarta Revisão Tarifária Quinquenal das concessionárias CEG e CEG-Rio

**Para :** secex@agenersa.rj.gov.br

**Cc :** Dean William Moraes Carmeis  
<dean@petrobras.com.br>, Marcelo Nova Alves  
Affonso Guimaraes  
<mnguimaraes@petrobras.com.br>, Deborah  
Mendes Duarte <dmduarte@petrobras.com.br>

Prezados boa tarde,

Encaminho a Carta INP/PRI/ARX 099 de 12.02.2021 ( com dois anexos ).

Assunto: Razões Finais - Quarta Revisão Tarifária Quinquenal das concessionárias CEG e CEG-Rio

Referência: Of. AGENERSA/CODIR/SS nº. 07/2021, de 04/02/2021  
Processos nº E-12/003/124/2017 e nº E-12/003/125/2017

**Peço por gentileza, confirmar o recebimento deste e-mail.**

Atenciosamente

***Deborah Mendes Duarte***

**INP/PRI/ARX**

**Tel: 2166-4856 Rota: 706-4856**

**E-mail: dmduarte@petrobras.com.br**

**Chave: AF6D**

 **Anexo 01 - Carta GIA\_RGN\_ARX\_567.pdf**  
571 KB

 **Anexo 02 - Carta GIA\_RGN\_ARX\_568.pdf**  
1 MB

---



Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2021

INP/PRI/ARX 0099/2021

**Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico de Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA**  
**Sr. Silvio Carlos Santos Ferreira**  
**Conselheiro**  
**Av. Treze de Maio nº 23, 23º andar, Centro**  
**Rio de Janeiro – RJ**  
**20031-902**

**Assunto: Razões Finais - Quarta Revisão Tarifária Quinquenal das concessionárias CEG e CEG-Rio**

**Referência: Of. AGENERSA/CODIR/SS nº. 07/2021, de 04/02/2021**  
**Processos nº E-12/003/124/2017 e nº E-12/003/125/2017**

**Prezado Senhor,**

No âmbito dos processos de Revisão Tarifária em epígrafe, a Agenesra, por meio do Of. AGENERSA/CODIR/SS nº. 07/2021, datado de 04/02/2021 concedeu o prazo de 10 (dez) dias para envio de Razões Finais dos interessados em relação à Quarta Revisão Tarifária das Concessionárias CEG e da CEG-Rio. Dessa forma, a Petrobras encaminha, e tempestivamente, suas contribuições acerca do tema.

Em primeiro lugar, reforçamos as manifestações contidas nas fases anteriores relacionadas à inadequação da Taxa de Remuneração, da Base Regulatória dos Ativos e dos Custos Operacionais considerados nas manifestações exaradas pela Agência, conforme fundamentos expostos nas Cartas GIA-RGN/ARX 0567 e 0568/2018, anexas à presente Razões Finais para pronta referência (Anexos 01 e 02). Nesse sentido, são reiteradas todas as considerações constantes das citadas correspondências.

Adicionalmente e considerando a relevância da questão para a indústria do gás natural no Estado do Rio de Janeiro, é imprescindível destacar pontos fundamentais para o desenvolvimento do Mercado Livre no Estado, conforme analisados mais detalhadamente a seguir.

## **Volume Termelétrico subestimado na Terceira Revisão Tarifária**

É necessário que a Agerensa dê tratamento adequado à receita adicional arrecadada pela CEG no segmento termelétrico, tendo em vista que o despacho termelétrico efetivamente realizado foi superior ao previsto no quinquênio 2013-2017 (3º ciclo tarifário).

Durante todos os anos do 3º ciclo houve uma receita com margem de distribuição do segmento termelétrico muito superior ao inicialmente previsto para o referido quinquênio, com o acumulado no período de R\$ 587 milhões frente à previsão considerada de cerca de R\$ 82 milhões.

Dessa forma, a CEG obteve no período considerado, uma receita adicional (não prevista) no segmento termelétrico de cerca de R\$ 505 milhões.

Os respectivos valores históricos já foram apresentados na Carta GIA-RGN/ARX 0567 e na sustentação oral realizada na ocasião da Audiência Pública ocorrida em 03/10/2018, mas continuam sendo desconsiderados nos documentos ora disponibilizados por esta Agência.

Portanto, a Petrobras entende imprescindível que a referida receita adicional não prevista no 3º ciclo tarifário seja compensada em favor do segmento termelétrico na forma de desconto da receita projetada da referida concessionária para o segmento termelétrico na Quarta Revisão Tarifária, de forma a afastar, por um lado, eventual enriquecimento indevido por parte da concessionária, e por outro, possíveis prejuízos aos usuários, em decorrência de tal receita adicional obtida, assegurando, destarte, a atuação desta Agência conforme os ditames legais.

## **Projeção da Demanda – Segmento Termelétrico**

Conforme destacado pela Universidade Federal Fluminense (“UFF”), em seu Relatório, visto que o risco da demanda (diferença entre projetado e realizado) é da concessionária, há o incentivo para que esta subestime a respectiva projeção de demanda na revisão tarifária, o que majora a tarifa de todos os consumidores.

Desse modo, sugerimos revisão das projeções de consumo das Usinas Termelétricas (“UTES”), tendo em vista o histórico recente do despacho efetivamente realizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

Como exemplo do exposto acima, citamos os casos concretos envolvendo as UTES Termorio e Seropédica, que totalizaram a contratação de volumes de gás natural de cerca de 8 (oito) milhões m³/dia. Não obstante, estão incluídas em uma projeção da Agerensa que indica média anual de consumo de gás natural, inferior a 3 milhões m³/dia para todas as térmicas na área de concessão da CEG. Ou seja, apenas os volumes de gás contratadas pelas duas referidas UTES já são aptas a demonstrar a inadequação dos dados volumétricos considerados pela Agência.

Embora a Agenesra tenha optado pelo “cenário superior” nas previsões para o Despacho Termelétrico, os valores realizados, de fato, para os anos de 2018, 2019 e 2020 já estão consideravelmente maiores do que os utilizados nas avaliações realizadas pela Agência, estando as previsões para os anos de 2021 e 2022 subestimadas.

Por conta disso, para comprovar o exposto acima, bem como subsidiar a análise da Agência acerca do tema, disponibilizamos, a seguir, uma tabela contendo os volumes de gás efetivamente contratados (de 2018 até 2020) e a previsão de consumo para os anos de 2021 e 2022 nas UTEs abaixo mencionadas:

Consumo Volumétrico (m³/d)					
UTE	2018	2019	2020	2021*	2022**
TRI	3.495.975	2.431.710	2.231.652	1.982.248	1.982.248
SRP	321.301	186.572	163.822	179.595	179.595
BF	1.340.851	1.067.019	809.367	913.408	913.408
TMA	624.174	564.073	861.536	461.287	461.287
<b>TOTAL</b>	<b>5.784.319</b>	<b>4.251.392</b>	<b>4.068.397</b>	<b>3.536.538</b>	<b>3.536.538</b>

Portanto, a Petrobras requer que a Agenesra revise os volumes de consumo de gás natural do setor termelétrico, utilizados como referências nos processos de revisão tarifária da CEG e da CEG-Rio. Caso contrário, estará causando graves prejuízo ao referido segmento.

Importante esclarecer que as UTEs tiveram seus nomes alterados por meio do Despacho ANEEL nº 2673/2019. Dessa forma, serve a tabela abaixo para apresentar tal alteração.

UTE	Nome	
	Atual	Antigo
TRI	TermoRio	Gov. Leonel Brizola
SRP	Seropédica	Barbosa Lima Sobrinho
BF	Baixada Fluminense	Baixada Fluminense
TMA	TermoMacaé	Mário Lago

### TUSD-Termelétrica (Fator R)

Consideramos positiva a mudança inserida pelo Artigo 19 da Deliberação Agenesra nº 4.142/2020, que alterou o Artigo 15 da Deliberação Agenesra nº 4.068/2020, estendendo a aplicação da TUSD-Termelétrica, com aplicação do “Fator R” equivalente a 0,775, também para os atuais consumidores do

segmento termelétrico abastecidos por gasodutos dedicados, condicionada à anuência prévia do Poder Concedente e posterior análise dos impactos tarifários pela Agenera.

Porém, consideramos importante reiterar que a Petrobras já solicitou manifestação da Agenera sobre a efetiva aplicação da referida tarifa em suas UTEs localizadas no Estado do Rio de Janeiro, através da Carta INP/PRI/ARX 394/2020.

Não obstante, até o momento, a Agência se manteve inerte, não tendo encaminhado qualquer resposta a tal requerimento da Petrobras, sendo certo que, enquanto não ocorrer tal manifestação, a aplicação da TUSD-Termelétrica nos moldes previstos na Deliberação não ocorre e a citada Deliberação permanece inócua.

Por conta disso, é fundamental que haja um posicionamento da Agência sobre o tema, de forma a dar efetividade ao disposto na citada norma.

#### **TUSD-E (Ramal Dedicado)**

Em relação à aplicação da TUSD-E aos atuais Agentes Livres abastecidos por gasoduto dedicado, já interligados à malha física de distribuição, a Deliberação Agenera nº 4.068/2020, alterada pela Deliberação Agenera nº 4.162/2020, prevê que os seus respectivos pleitos de fruição da TUSD-E serão analisados pela Agenera após o prazo de 3 (três) anos previsto no §3º do artigo 14.

Não obstante as manifestações já encaminhadas no âmbito do respectivo processo regulatório que culminou na publicação das referidas normas, reforçamos que a não efetivação da abertura de Consulta e Audiência Públicas para tratamento tarifário diferenciado dos ramais dedicados desde logo, que estavam previstas para ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação da Deliberação Agenera nº 4.068/2020, conforme redação original do seu §4º do Artigo 14 da Deliberação, compromete a continuidade do processo de Revisão Tarifária atual.

Isto porque, não parece razoável que a Agenera espere a próxima Revisão Tarifária para implementação da referida TUSD-E para os atuais Agentes Livres, uma vez que essa postergação resultará em grandes prejuízos para os agentes termelétricos envolvidos e perda de competitividade em novos leilões de energia, considerando, inclusive, que o referido segmento aguarda a publicação de tal tarifa, observando os ditames previstos na Lei nº 11.909/2009 ("Lei do Gás") há mais de 10 (dez) anos.

Portanto, a Petrobras requer que os processos de Revisão Tarifária das Concessionárias CEG e CEG Rio não sejam finalizados enquanto não for definida uma TUSD-E que leve em consideração as especificidades de CAPEX e OPEX dos ramais dedicados, na forma prevista pelo Artigo 46 da Lei do Gás.

Conforme destacamos na ocasião da Audiência Pública, a tarifa de distribuição para os agentes autoprodutores (AP) e autoimportadores (AI) atendidos por ramais dedicados é cerca de 10 (dez) vezes maior no Rio de Janeiro do que em São Paulo, por exemplo, denotando a perda de competitividade do Estado, que possui várias usinas termelétricas (UTES) importantes enquadradas como AP e AI e que devem passar por um ciclo de reconstrução de sua energia. A falta de competitividade das UTES no Rio de Janeiro poderá ocasionar uma impossibilidade de reconstrução da energia com a consequente desmobilização dos ativos, resultando em grandes perdas para a indústria no Estado do Rio de Janeiro.

### **Desconto da Taxa de Comercialização**

Em relação ao desconto da Taxa de Comercialização, a Petrobras registra a necessidade da abertura de Processo Regulatório específico para realização de Consulta e Audiência Públicas, conforme determina a Deliberação Agerensa nº 4.068/2020, em seu §2º do artigo 13.

O referido dispositivo é mandatório ao determinar a adoção do referido procedimento no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação da Deliberação citada, visando complementar os estudos sobre a composição, a metodologia de cálculo e a definição do valor dos encargos de comercialização, com base nos custos efetivamente realizados pela distribuidora, para futura substituição da TUSD provisória, que atualmente está definido em 1,9%, percentual este inferior ao que foi aferido em outros Estados em situações semelhantes.

A título de exemplo, segue uma breve análise dos dados da CEG na tabela abaixo, que contém a proposta da Concessionária para o OPEX 2018-2020.

Proposta CEG 2018-2022	(milhões R\$)	(%)
OPEX total	2.464	100
publicidade, propaganda e relações públicas	57	2%
serviços gerais	151	6%
outros custos exploração	48	2%
despesas comerciais	248	10%
serviços a clientes	271	11%
subscrições, documentos e outros serviços	67	3%
despesa de pessoal	751	30%
serviços profissionais independentes	108	4%
perdas de gás	260	11%
manutenção e conservação	210	9%



Observa-se que, segundo a CEG, as despesas comerciais representam 10% do OPEX. Este percentual está similar ao desconto na tarifa calculado pela ARSESP para consumidores livres, autoprodutores e autoimportadores de São Paulo.

Além disso, destaca-se o fato de que as perdas de gás representam 11% do OPEX. Na visão da Petrobras, esse percentual também deveria ser descontado da parcela OPEX específica para usuários em ramais dedicados, sendo substituído pelas perdas aplicáveis considerando as especificidades desses ramais.

Assim, levando-se em conta o percentual de 10% do OPEX, referente às despesas comerciais, e somando os percentuais devidos às perdas de gás (11%), aos gastos com publicidade, propaganda e relações públicas (2%), serviços gerais (6%) e outros custos de exploração (2%), o OPEX aplicável para o cálculo das tarifas a consumidores livres, autoprodutores e autoimportadores deveria ter um desconto superior a 30%.

Portanto, requer a Petrobras que os processos de Revisão Tarifária das Concessionárias CEG e CEG Rio não sejam finalizados enquanto não for definido um desconto referente à taxa de comercialização que realmente leve em conta os gastos específicos com comercialização incorridos pelas concessionárias, observando os ditames legais aplicáveis ao caso concreto, inclusive com a realização de Consulta e Audiência Pública.

Nesse sentido, destaca-se, inclusive, o posicionamento da Procuradoria junto à Agenesra (Parecer nº 001/2021) no sentido de implementar, já nesta Revisão Tarifária, as decisões tomadas pela Agência no âmbito do processo E-22/007.300/2019, relativo ao Estudo e Reformulação do Arcabouço Regulatório para Autoprodutor, Autoimportador e Consumidor Livre.

#### **Aplicação do desconto na Fórmula Termelétrica (TUSD-Termelétrica)**

A Petrobras considera necessário que seja explicitado na fórmula da tarifa termelétrica, exposta no item 25 dos Relatórios Técnicos elaborados pelo Grupo de Trabalho instituído para a Quarta Revisão tarifária das Concessionárias, um desconto relativo a uma taxa de comercialização. Da maneira como dispostas as fórmulas (tanto para a CEG, quanto para a CEG-Rio), não consta a subtração do desconto da taxa de comercialização. Assim, sugerimos complementações nas formulas conforme abaixo:



a. Para a CEG:

Térmicas	fórmula	$M = \left( \frac{37.898}{(c+40)^{2,8}} + 0,345 \right) \times \frac{R}{26,81} \times \frac{IGPM_n}{IGPM_o} \times 0,9009 + CG - \text{Taxa Comerc}$
Térmicas CL, AI, AP	fórmula	$M = \left( \frac{37.898}{(c+40)^{2,8}} + 0,345 \right) \times \frac{R}{26,81} \times \frac{IGPM_n}{IGPM_o} \times 0,9009 - \text{Taxa Comerc}$

b. Para a CEG Rio

Térmicas	fórmula	$M = \left( \frac{33209}{(c+40)^{2,8}} + 0,302 \right) \times \frac{R}{26,81} \times \frac{IGPM_n}{IGPM_o} \times 0,1607 + CG - \text{Taxa Comerc}$
Térmicas CL, AI, AP	fórmula	$M = \left( \frac{33209}{(c+40)^{2,8}} + 0,302 \right) \times \frac{R}{26,81} \times \frac{IGPM_n}{IGPM_o} \times 0,1607 - \text{Taxa Comerc}$

**Da atuação da AGENERSA quanto à fixação das tarifas relativas aos Agentes Livres:**

Registre-se que a atuação das Agências Reguladoras, como a Agenesra, deve buscar incentivar investimentos e dar suporte à eficiência nas atividades sob sua regulação, de modo a assegurar a estabilidade das regras e trazer previsibilidade aos atuais e futuros investidores, promovendo um ambiente de negócio saudável.

Nesse sentido, o acolhimento dos pontos suscitados acima e nas correspondências anteriormente encaminhadas pela Petrobras ao longo da Revisão Tarifária em epígrafe, são essenciais para que a regulação estadual do mercado livre esteja alinhada ao disposto na legislação aplicável, bem como atenda às diretrizes do Novo Mercado de Gás trazidas pela Resolução CNPE nº 16/2019 e para que o Rio de Janeiro não perca competitividade em face a outros Estados.

Conforme exposto acima, a Deliberação Agenesra nº 4.068/2020 determina expressamente a realização de Consulta e Audiência Pública nas hipóteses envolvendo a TUSD (encargos de comercialização) e TUSD-E, o que não ocorreu até o momento e sem qualquer fundamentação por parte deste ente regulador, não obstante conste dos Relatórios encaminhados a proposta tarifária para Autoprodutores, Autoimportadores e Consumidores Livres, eivando de vícios, portanto, qualquer determinação da Agência que seja publicada sem observância dos pertinentes procedimentos aplicáveis ao caso concreto.

**Finalmente, a Petrobras solicita que qualquer comunicação referente ao presente processo seja encaminhada para o endereço eletrônico [reg.rel.ext@petrobras.com.br](mailto:reg.rel.ext@petrobras.com.br)**

**Sem mais para o momento, a Petrobras agradece a atenção e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos.**

**Cordialmente,**

**Dean William Carmeis  
Gerente de Assuntos Regulatórios e Relacionamento Externo**

**Anexo(s): Anexo 01 - Carta GIA\_RGN\_ARX\_567.pdf  
Anexo 02 - Carta GIA\_RGN\_ARX\_568.pdf**